

SUMÁRIO

1

PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO 11

1.1.	Princípios da Administração Pública.....	11
1.1.1.	Supraprincípios da Administração Pública.....	11
1.1.2.	Princípios – artigo 37 da Constituição Federal.....	12
1.1.3.	Princípios gerais da Administração Pública.....	14
1.2.	Princípios jurídicos gerais.....	18
1.3.	Quadro Resumo.....	18

2

PODERES ADMINISTRATIVOS 19

2.1.	Poderes e Deveres.....	19
2.1.1.	Poder Vinculado.....	19
2.1.2.	Poder Discricionário.....	20
2.1.3.	Poder Regulamentar (normativo).....	21
2.1.4.	Poder Hierárquico.....	21
2.1.5.	Poder Disciplinar.....	21
2.1.6.	Poder de Polícia.....	22
2.2.	Abuso de poder.....	23
2.3.	Quadro resumo.....	24

3

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 25

3.1.	Introdução.....	25
3.2.	Centralização e descentralização.....	27
3.3.	Descentralização e desconcentração.....	30
3.4.	Autarquias.....	31
3.5.	Agências executivas e agências reguladoras.....	32
3.5.1.	Agências Executivas.....	32
3.5.2.	Agências Reguladoras.....	34
3.6.	Fundações públicas.....	37
3.6.1.	Comparando fundações e autarquias.....	37
3.7.	Empresa pública e sociedade de economia mista.....	38
3.8.	Consórcio público.....	42
3.9.	Entidade paraestatal: significado da expressão.....	44
3.9.1.	Organizações sociais (OS) – Lei 9.637/98.....	45
3.9.2.	Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP).....	47
3.9.3.	Organizações da sociedade civil.....	48
3.9.4.	Serviços sociais autônomos (Sistema S).....	51
3.9.5.	Entidades de apoio: Lei 8.958/94.....	52
3.10.	Súmulas de jurisprudência.....	52
3.10.1.	Supremo Tribunal Federal.....	52

4

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO... 55

4.1.	Fases históricas da responsabilidade civil do estado.....	55
4.2.	Responsabilidade objetiva: teoria do risco administrativo e teoria do risco integral.....	57
4.3.	Causas excludentes.....	59
4.4.	Responsabilidade subjetiva.....	59
4.5.	Outras teorias e jurisprudências importantes.....	60
4.6.	Responsabilização decorrente de obra.....	62
4.7.	Responsabilidade no caso de omissão.....	63
4.8.	Responsabilização por atos legislativos e regulamentares.....	64
4.9.	Responsabilização por atos judiciais.....	64
4.10.	Prescrição.....	64
4.11.	Ação regressiva.....	65
4.12.	Súmulas de jurisprudência.....	66
4.12.1.	Súmulas Vinculantes.....	66
4.13.	Marcação do Código Civil para teses de Responsabilidade Extracontratual do Estado.....	66

5

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE..... 67

5.1.	Desapropriação – Intervenção Supressiva na Propriedade.....	67
5.1.1.	Procedimento da Desapropriação.....	70
5.1.2.	Fases do Procedimento.....	71
5.1.3.	Desapropriação indireta.....	74
5.1.4.	Direito de extensão.....	74
5.1.5.	Desapropriação por zona.....	74
5.1.6.	Tredestinação e retrocessão.....	75
5.2.	Intervenções restritivas na propriedade.....	75
5.2.1.	Limitação administrativa.....	75
5.2.2.	Servidão administrativa.....	76
5.2.3.	Tombamento.....	77
5.2.4.	Requisição Administrativa.....	78
5.2.5.	Ocupação Temporária.....	79
5.3.	Súmulas de jurisprudência.....	79
5.3.1.	Súmulas Vinculantes.....	79
5.3.2.	Supremo Tribunal Federal.....	79

6

LICITAÇÕES À LUZ DAS LEIS 8.666/93 E 10.520/02..... 81

6.1.	Princípios.....	81
6.2.	Tipos de Licitação.....	82
6.3.	Quem deve licitar.....	83

6.4.	Intervalo mínimo	83
6.5.	Comissão	83
6.6.	Modalidades Licitatórias	83
6.6.1.	Concorrência	84
6.6.2.	Tomada de preço	84
6.6.3.	Convite	85
6.6.4.	Concurso	86
6.6.5.	Leilão	86
6.6.6.	Pregão	86
6.7.	Licitação para registro de preços	87
6.8.	Procedimentos	87
6.8.1.	Concorrência	87
6.8.2.	Procedimentos diferenciados	90
6.9.	Dispensa e Inexigibilidade da licitação	91

7

LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021 95

7.1.	Conceito	95
7.2.	Competência para legislar	95
7.3.	Finalidades do procedimento licitatório	96
7.4.	Princípios norteadores da licitação	96
7.4.1.	Princípio da Vinculação ao Edital	96
7.4.2.	Princípio do Julgamento Objetivo	96
7.4.3.	Princípio do Sigilo das Propostas	96
7.4.4.	Princípio da competitividade	97
7.4.5.	Princípio da Economicidade	97
7.4.6.	Princípio da Isonomia	97
7.5.	Princípio da segregação de funções	97
7.6.	Tipos de Licitação	97
7.7.	Desempate na licitação	98
7.8.	Intervalo mínimo	99
7.9.	Agentes da licitação	100
7.10.	Modalidades Licitatórias	101
7.10.1.	Concorrência	101
7.10.2.	Concurso	101
7.10.3.	Leilão	102
7.10.4.	Pregão	102
7.10.5.	Diálogo competitivo	102
7.11.	Licitação para registro de preços	103
7.12.	Procedimentos licitatórios	104
7.12.1.	Procedimento comum (concorrência e pregão)	104
7.12.2.	Procedimento do Diálogo Competitivo	109
7.13.	Dispensa e Inexigibilidade da licitação	110
7.13.1.	Inexigibilidade de licitação	111
7.13.2.	Dispensa de licitação	112
7.13.3.	Dispensa para alienação de bens de licitação	116
7.13.4.	Resumo de dispensa de inexigibilidade	117

8

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DAS LEIS 8.666/93 E 10.520/02... 121

8.1.	Características dos contratos administrativos	121
8.2.	Cláusulas exorbitantes	123
8.3.	Subcontratação nos contratos da administração	124
8.4.	Equilíbrio econômico-financeiro	125
8.5.	Teoria da imprevisão	125

8.6.	Garantia	126
8.7.	Duração	126
8.8.	Rescisão contratual	127
8.9.	Súmulas De Jurisprudência	128
8.9.1.	Súmulas Vinculantes	128

9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI 14.133/21..... 129

9.1.	Conceito	129
9.2.	Formalismo do contrato	129
9.3.	Garantia	131
9.3.1.	Cláusula de retomada	132
9.4.	Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração	132
9.4.1.	Alteração unilateral do contrato	132
9.4.2.	Rescisão unilateral do contrato	133
9.4.3.	Fiscalização da execução do contrato	133
9.4.4.	Ocupação temporária de bens	133
9.4.5.	Aplicação de penalidades	134
9.5.	Pagamentos feitos ao particular	135
9.6.	Teoria da imprevisão	136
9.7.	Subcontratação nos contratos da administração	137
9.8.	Duração	137
9.8.1.	Exceções à vigência máxima de um ano	137
9.9.	Formas de extinção do contrato administrativo	138
9.10.	Da solução alternativa de controvérsias	139

10

BENS PÚBLICOS 141

10.1.	Conceito	141
10.2.	Classificação	142
10.3.	Garantias	142
10.4.	Utilização de bens públicos por particulares	143
10.5.	Bens em espécie	144
10.6.	Súmulas de jurisprudência	146
10.6.1.	Supremo Tribunal Federal	146

11

AGENTES PÚBLICOS..... 147

11.1.	Agentes Públicos	147
11.1.1.	Agentes políticos	148
11.1.2.	Agentes militares	149
11.1.3.	Particulares em colaboração com a Administração Pública	150
11.1.4.	Agentes administrativos	150
11.2.	Cargos públicos	152
11.3.	Cumulação de cargos	153
11.4.	Concurso público	154
11.5.	Formas de provimento	155
11.6.	Remoção	161
11.7.	Redistribuição e Substituição	161
11.8.	Teto remuneratório	161
11.9.	Regime previdenciário	163
11.10.	Direito à greve e associação sindical	164
11.11.	Penalidades e processo administrativo disciplinar	165
11.11.1.	Penalidades	165
11.11.2.	Demissão	166

11.11.3. Sindicância	167
11.11.4. Processo Administrativo Disciplinar	167
11.12. Quadro resumo	169
11.13. Natureza jurídica do ato de aposentadoria	172
11.14. Súmulas de jurisprudência	172
11.14.1. Súmulas Vinculantes	172
11.14.2. Supremo tribunal federal	173
11.14.3. Superior Tribunal de Justiça	174

12

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 177

12.1. Sujeitos Ativo e Passivo (arts. 1º a 8º da Lei nº 8.429)	177
12.2. Dos Atos de Improbidade (arts. 9º a 11 da Lei nº 8.429/1992)	179
12.3. Das Penas (art. 12 da Lei nº 8.429/1992)	182
12.4. Da Declaração de Bens (art. 13 da Lei nº 8.429/1992)	183
12.5. Do Processo Administrativo e Judicial (arts. 14 a 16 da Lei nº 8.429/1992)	183
12.6. Do Processo Administrativo e Judicial (arts. 17 da Lei nº 8.429/1992)	184
12.7. Do Processo Administrativo e Judicial (arts. 17-B ao 18-A da Lei nº 8.429/1992)	186
12.8. Das Disposições Penais (arts. 19 a 22 da Lei nº 8.429/1992)	188
12.9. Da Prescrição e outras normas (art. 23 ao 23-C da Lei nº 8.429/1992)	188
12.10. Ações diretas de inconstitucionalidade	190
12.11. Súmulas e teses importantes	191
12.12. Quadro resumo	191

13

ATOS ADMINISTRATIVOS 193

13.1. Atos administrativos X Atos da administração	193
13.2. Ato administrativo	194
13.2.1. Conceito	194
13.2.2. Atos vinculados e Atos discricionários	194
13.3. Elementos ou requisitos do ato administrativo	194
13.3.1. Competência	194
13.3.2. Finalidade	196
13.3.3. Forma	196
13.3.4. Motivo	196
13.3.5. Objeto	197
13.4. Atributos do ato administrativo	197
13.4.1. Presunção de veracidade e legitimidade	198
13.4.2. Imperatividade	198
13.4.3. Exigibilidade (coercitividade/coercibilidade)	198
13.4.4. Autoexecutoriedade (executoriedade)	198
13.4.5. Tipicidade	198
13.5. Fases de constituição do ato administrativo	198
13.5.1. A perfeição	199
13.5.2. A validade do ato	199
13.5.3. A eficácia	199
13.6. Classificação dos atos administrativos	199
13.6.1. Quanto à formação, os atos administrativos podem ser simples, complexos ou compostos	199

13.6.2. Quanto ao âmbito de atuação, os atos podem ser gerais ou individuais	200
13.6.3. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império ou atos de gestão	200
13.6.4. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos	200
13.7. Extinção dos atos administrativos	203
13.8. Súmulas de jurisprudência	205
13.8.1. Súmulas Vinculantes	205
13.8.2. Supremo Tribunal Federal	205

14

SERVIÇOS PÚBLICOS 207

14.1. Conceito de serviço público	207
14.2. Competências	208
14.3. Princípios do Serviço Público	209
14.4. Classificações dos Serviços Públicos	211
14.5. Concessão, Permissão e Autorização	213
14.5.1. Concessão Comum	213
14.5.2. Concessão Especial	214
14.5.3. Permissão	215
14.5.4. Autorização	216
14.6. Extinção da Concessão	216
14.7. Direitos dos Usuários do Serviço Público	218
14.8. Quadro resumo	218

15

PROCESSO ADMINISTRATIVO (LEI 9.784/99) 221

15.1. Princípios do processo administrativo	221
15.2. Processo administrativo e a Lei 9.784/1999	224

16

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO 231

16.1. Conceito, princípios, abrangência e classificações	231
16.1.1. Classificação	232
16.2. Controle administrativo	233
16.2.1. Meios de controle	234
16.2.2. Controle por provocação ou de ofício	235
16.2.3. Órgãos de controle	236
16.3. Controle legislativo direto – controle político ou parlamentar	236
16.4. Controle parlamentar indireto ou financeiro – tribunal de contas	237
16.5. Controle judicial	240
16.5.1. Prescrição administrativa	240
16.5.2. Ações judiciais	240
16.5.2.1. Mandado de Segurança	241
16.5.2.2. Ação Popular e Ação Civil Pública	242
16.5.2.3. Habeas Data	243
16.5.2.4. Mandado de Injunção	243
16.6. Quadro resumo	244

17**INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA 247**

- 17.1. Evolução histórica: estado liberal, estado social e estado regulador..... 247
- 17.2. Princípios da intervenção do estado no domínio econômico 248
- 17.3. Formas de intervenção no domínio econômico... 248
- 17.4. Abuso do poder econômico 250
- 17.5. Trustes, cartéis e dumping 250
- 17.6. Repressão ao abuso do poder econômico 251
- 17.7. Prescrição 252
- 17.8. Processo administrativo na Lei 12.529/2011 253
- 17.9. Programa de leniência 254

18**RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS DANOSOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 255**

- 18.1. Aplicabilidade da lei anticorrupção – Lei 12.846.... 255
- 18.2. Sanções..... 256
- 18.3. Processo administrativo de responsabilização..... 257
- 18.4. Acordo de leniência..... 258

19**CABIMENTO DE PEÇAS 261**

- 19.1. Cabimento de peças..... 261

20**NOÇÕES PROCESSUAIS PRELIMINARES... 265**

- 20.1. Jurisdição..... 265
- 20.2. Equivalentes jurisdicionais 265
- 20.3. Princípios do processo civil..... 266
- 20.4. Classificação 266
- 20.5. Ação 266
 - 20.5.1. Condições da ação 267
 - 20.5.2. Elementos da ação 267
 - 20.5.3. Classificação das ações 267
 - 20.5.4. Petição Inicial 267
 - 20.5.4.1. Julgamento conforme o Estado do Processo 268
 - 20.5.5. Sentença..... 269
 - 20.5.6. Reexame Necessário (art. 496, CPC) 269

21**AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM..... 271**

- 21.1. Ação de procedimento comum 271
 - 21.1.1. Requisitos da petição inicial..... 271
 - 21.1.2. Endereçamento..... 271
 - 21.1.3. Tutela de urgência 273
 - 21.1.4. Da tutela de evidência..... 273
 - 21.1.5. Esquema da peça 274
 - 21.1.6. Pedido de Assistência Judiciária Gratuita... 274
 - 21.1.7. Opção pela audiência de conciliação e mediação 274

- 21.2. Modelo de peça – ação de procedimento comum 274
- 21.3. Casos concretos para solução 275

22**AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO 279**

- 22.1. Conceito..... 279
- 22.2. Aspectos peculiares da petição inicial..... 281
 - 22.2.1. Opção pela audiência de conciliação e mediação 281
- 22.3. Modelo de peça de ação de desapropriação 281
- 22.4. Casos concretos..... 282

23**MANDADO DE SEGURANÇA..... 283**

- 23.1. Cabimento..... 283
- 23.2. Estrutura da petição inicial..... 284
- 23.3. Competência..... 285
- 23.4. Mandado de Segurança Coletivo..... 285
- 23.5. Marcação de artigos legais 286
- 23.6. Tutela de urgência 286
- 23.7. Modelos..... 286
 - 23.7.1. Modelo – Mandado de segurança..... 286
 - 23.7.2. Modelo – Mandado de segurança coletivo 287
 - 23.7.3. Modelo – Mandado de segurança preventivo..... 288
- 23.8. Casos concretos..... 289

24**HABEAS DATA..... 293**

- 24.1. Cabimento..... 293
- 24.2. Requerimento administrativo e requisitos da petição inicial..... 293
- 24.3. Estrutura da petição inicial..... 295
- 24.4. Casos concretos..... 296

25**MANDADO DE INJUNÇÃO..... 299**

- 25.1. Cabimento e estrutura..... 299
- 25.2. Competência..... 299
- 25.3. Requisitos da Petição Inicial 300
 - 25.3.1. Tutela de urgência 300
- 25.4. Mandado de Injunção Coletivo..... 300
- 25.5. Marcação de artigos de lei..... 300
- 25.6. Modelo – mandado de injunção..... 301
- 25.7. Casos concretos..... 301

26**AÇÃO POPULAR..... 303**

- 26.1. Cabimento e sujeitos..... 303
- 26.2. Competência..... 305
- 26.3. Processo 306

27**AÇÃO CIVIL PÚBLICA 311**

27.1. Cabimento.....	311	32.3.4. Modelo de recurso especial.....	350
27.2. Estrutura da peça e tutela de urgência	311	32.3.5. Casos concretos.....	350
27.2.1. Opção pela audiência de conciliação e mediação.....	312	32.4. Agravo de Instrumento	351
27.3. Modelo de ação civil pública.....	312	32.4.1. Hipóteses de Agravo de Instrumento.....	351
27.4. Casos concretos.....	312	32.4.2. Efeitos do Agravo de Instrumento	353
28		32.4.3. Formato do Agravo de Instrumento.....	353
HABEAS CORPUS	315	32.4.4. Preparo do Agravo de Instrumento.....	354
28.1. Cabimento.....	315	32.4.5. Interposição do Agravo de Instrumento.....	354
28.2. Procedimento.....	315	32.4.6. Requisitos e competência.....	355
28.3. Competência.....	315	32.4.7. Modelo de agravo de instrumento.....	355
28.4. Modelo de <i>habeas corpus</i>	316	32.4.8. Casos concretos.....	356
29		32.5. Agravo Interno.....	357
RECLAMAÇÃO	317	32.5.1. Fundamentos jurídicos.....	358
29.1. Cabimento.....	317	32.5.2. Objeto.....	358
29.2. Modelo de reclamação.....	318	32.5.3. Competência.....	359
29.3. Casos concretos.....	318	32.5.4. Partes do recurso	359
30		32.5.5. Procedimento	359
PARECER.....	321	32.5.6. Fungibilidade.....	359
30.1. Considerações.....	321	32.5.7. Modelo de agravo regimental.....	360
30.2. Estrutura	321	32.5.8. Casos concretos.....	360
30.3. Modelo de parecer	321	32.6. Contagem de prazos.....	361
30.4. Casos concretos.....	322	33	
31		RECURSOS E DEFESAS ADMINISTRATIVAS	363
DEFESAS DO RÉU.....	325	33.1. Processo administrativo e defesa administrativa....	363
31.1. Defesa do réu	325	33.1.1. Cabimento da peça de defesa administrativa.....	365
31.2. Prazos para defesa.....	326	33.1.2. Estrutura da defesa administrativa.....	365
31.3. Prazo para atacar a petição inicial	326	33.1.3. Modelo de defesa administrativa.....	365
31.4. Estruturação básica da contestação e contestação com reconvenção.....	326	33.1.4. Casos concretos.....	366
31.5. Das preliminares.....	327	33.2. Recurso administrativo	366
31.6. Reconvenção.....	329	33.2.1. Espécies de recursos administrativos.....	367
31.7. Modelo de contestação.....	330	33.2.2. Estrutura do recurso	367
31.8. Casos concretos.....	331	33.2.3. Cabimento	368
32		33.2.4. Modelo de recurso administrativo	368
RECURSOS JUDICIAIS	335	33.2.5. Casos concretos.....	369
32.1. Do cabimento dos recursos – considerações iniciais.....	335	33.3. Da contagem de prazos.....	369
32.1.1. Do cabimento dos recursos interpostos de decisão terminativa do feito.....	335	34	
32.2. Da apelação e do Recurso Ordinário Constitucional (ROC).....	336	QUESTÕES DISCURSIVAS.....	371
32.2.1. Cabimento	336	34.1. Considerações iniciais.....	371
32.2.2. Estrutura.....	337	34.2. Questões com perguntas divididas em tópicos...	372
32.2.3. Modelo de apelação	337	34.3. Estrutura da resposta.....	372
32.2.4. Modelo de recurso ordinário constitucional.....	338	34.4. Casos concretos.....	372
32.2.5. Casos concretos.....	339	35	
32.3. Dos recursos especiais e extraordinários	343	CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESTUDO E ELABORAÇÃO DA PROVA.....	377
32.3.1. Recurso extraordinário.....	343	35.1. Orientação de estudo.....	377
32.3.2. Recurso especial.....	347	35.2. Orientações para elaboração da prova	378
32.3.3. Modelo de recurso extraordinário.....	349	36	
		QUESTÕES DE EXAME DE ORDEM – 2ª FASE COM GABARITO – FGV	379
		2010.2.....	379
		Gabarito comentado.....	401
		2010.3.....	402
		Gabarito comentado.....	422

2011.1.....	429	XXV EXAME	738
2011.2.....	444	QUESTÃO 1.....	739
Gabarito comentado.....	462	QUESTÃO 2.....	740
2011.3.....	463	QUESTÃO 3.....	740
2012.1.....	482	QUESTÃO 4.....	740
2012.2.....	501	XXVI EXAME	740
2012.3 (IX Exame).....	520	QUESTÃO 1.....	741
2013.1 (X Exame).....	535	QUESTÃO 2.....	742
Gabarito comentado.....	554	QUESTÃO 3.....	742
2013.2 (XI Exame).....	555	QUESTÃO 4.....	742
Gabarito comentado.....	573	XXVII EXAME	742
2013.3.....	574	QUESTÃO 1.....	743
Gabarito comentado.....	592	QUESTÃO 2.....	743
XV Exame.....	593	QUESTÃO 3.....	744
QUESTÃO 1.....	600	QUESTÃO 4.....	744
QUESTÃO 2.....	603	XXVIII EXAME.....	745
QUESTÃO 3.....	606	QUESTÃO 1.....	745
QUESTÃO 4.....	609	QUESTÃO 2.....	746
XVI EXAME.....	612	QUESTÃO 3.....	746
Gabarito comentado.....	618	QUESTÃO 4.....	746
QUESTÃO 1.....	619	XXIX EXAME	747
QUESTÃO 2.....	622	QUESTÃO 1.....	747
QUESTÃO 3.....	625	QUESTÃO 2.....	747
QUESTÃO 4.....	628	QUESTÃO 3.....	748
XVII EXAME.....	631	QUESTÃO 4.....	748
Gabaritos aceitos pela banca	637	XXX EXAME	748
QUESTÃO 1.....	638	QUESTÃO 1.....	749
QUESTÃO 2.....	641	QUESTÃO 2.....	750
QUESTÃO 3.....	644	QUESTÃO 3.....	750
QUESTÃO 4.....	647	QUESTÃO 4.....	750
XVIII EXAME	650	XXXI EXAME	751
Gabarito comentado.....	656	QUESTÃO 1.....	751
QUESTÃO 1.....	657	QUESTÃO 2.....	752
QUESTÃO 2.....	660	QUESTÃO 3.....	752
QUESTÃO 3.....	663	QUESTÃO 4.....	752
QUESTÃO 4.....	666	XXXII EXAME.....	753
XIX EXAME.....	669	QUESTÃO 1.....	754
Gabarito comentado.....	675	QUESTÃO 2.....	754
QUESTÃO 1.....	676	QUESTÃO 3.....	754
QUESTÃO 2.....	679	QUESTÃO 4.....	754
QUESTÃO 3.....	682	XXXIII EXAME	755
QUESTÃO 4.....	685	QUESTÃO 1.....	756
XX EXAME.....	688	QUESTÃO 2.....	756
Gabarito comentado.....	694	QUESTÃO 3.....	757
QUESTÃO 1.....	695	QUESTÃO 4.....	757
QUESTÃO 2.....	698	XXXIV EXAME	757
QUESTÃO 3.....	701	QUESTÃO 1.....	758
QUESTÃO 4.....	704	QUESTÃO 2.....	759
XXI EXAME.....	707	QUESTÃO 3.....	759
Gabarito comentado.....	713	QUESTÃO 4.....	760
QUESTÃO 1.....	714	XXXV EXAME	760
QUESTÃO 2.....	717	QUESTÃO 1.....	761
QUESTÃO 3.....	720	QUESTÃO 2.....	761
QUESTÃO 4.....	723	QUESTÃO 3.....	762
XXII EXAME.....	726	QUESTÃO 4.....	762
Gabarito comentado.....	732	XXXVI EXAME	762
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 1	731	QUESTÃO 1.....	763
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 2	733	QUESTÃO 2.....	763
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 3	733	QUESTÃO 3.....	764
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 4	734	QUESTÃO 4.....	764
XXIII EXAME	734	XXXVII EXAME	764
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 1	735	QUESTÃO 1.....	765
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 2	735	QUESTÃO 2.....	766
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 3	735	QUESTÃO 3.....	766
PADRÃO DE RESPOSTA – QUESTÃO 4	735	QUESTÃO 4.....	766
XXIV EXAME	736		
QUESTÕES	737		
		REFERÊNCIAS	767